



RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO

DE

2009

**ANAREPRE – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS RECUPERADORES DE
PRODUTOS RECICLÁVEIS**

MARÇO 2010

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Caros Colegas,

No final do exercício passado e perante a necessidade de uma intervenção firme das economias mais fortes com vista ao inverter da grave situação económica que, então, se vivia por todo o mundo, estava firmemente convencido que, aqui e agora, poderíamos estar perante uma desejável retoma económica, onde o surgimento de novos postos de trabalho, de melhores salários, de maior segurança das pessoas e bens, de uma melhor educação e de uma justiça solidária, fossem agradáveis realidades.

Infelizmente esse terá sido apenas um sonho, certamente não só meu, mas, também dos mais optimistas.

Hoje, aqui e neste acto que simboliza o findar de mais um mandato, não tenho, e com que pena o digo, simpáticas afirmações a fazer.

A economia mundial e, necessariamente a nacional, encontra-se francamente depauperada de valores, cada dia que passa vamos tendo conhecimento de maiores e mais sofisticadas intervenções ilícitas e o que é mais grave e altamente preocupante, praticadas por “gentes” que nos habituamos a respeitar e, até em alguns casos, a admirar.

Já não há homens com “AGÁ GRANDE”, figuras ímpares cuja postura e honradez tanto admirámos.

Recuso-me a admitir que tais figuras passem a fazer parte apenas do nosso imaginário colectivo.

Se assim for, meus caros Amigos, sou dos primeiros a lamentar e, ao mesmo tempo, a recomendar que cada um de nós se defenda conforme possa, porque o nosso futuro e o que é gravíssimo, o futuro dos nossos filhos, nada terá de risonho.

A lógica e razoabilidade das coisas deixaram de ter sentido. Quem detém o poder está bem mais preocupado em mantê-lo, quiçá aumenta-lo, do que em procurar as soluções que melhor respondam aos anseios dos povos.

O País estava na cauda Europa quando resolveu aderir à Comunidade. Os grandes argumentos, de então, assentavam, e bem, na necessidade de nos aproximar-mos aos Países mais ricos, em termos de desenvolvimento e subsequente qualidade de vida.

Vieram os dinheiros, foi ministrada formação, muita formação, foram feitas pontes, estradas e auto estradas, foram requalificados portos , aeroportos e vias férreas, construíram-se infra-estruturas logísticas, eco-

pontos e eco-centros, estádios, (demais para as realidades nacionais) centros comerciais e culturais, estátuas , rotundas, muitas rotundas. Argumenta-se que, todo este conjunto de iniciativas significou, de facto, um grande esforço na senda da afirmação nacional e da referida aproximação aos Países mais ricos.

Só que, e isso faz-me alguma confusão, todos os dados estatísticos referentes a Portugal, catapultam o País para a cauda da Europa, tendo sido, em algumas situações, ultrapassado por parte dos países de recente adesão ao espaço comunitário.

Portugal dispõe de uma mão-de-obra que, apesar de constantemente se afirmar que será menos qualificada, não tem desmerecido, antes pelo contrário, quando parte para outros destinos à procura de melhor remuneração.

O que lhe falta?

Será uma qualquer Elite?

Ou será, infelizmente, que teremos de dar razão àquele velho General Romano que afirmava, quando se referia a Portugal: ... “Para lá dos Pirenéus, mais concretamente nos Montes Hermínios, existe um povo, dito Luso, que não se governa nem se deixa governar”.

Também quanto a isto me recuso a aceitar que não sejamos capazes de, de uma vez por todas, priorizar os interesses nacionais em vez de, como certamente será apanágio da maioria da minoria dominante, procurar servir-se, a todo o transe contribuindo, para que mais de metade do produto do nosso trabalho fuja para um mundo saturno que muito poucos dominam.

Desculpem-me Caros Colegas mas, como compreenderão, não tem sido tarefa fácil conviver com algumas situações gritantes, inclusive dentro do nosso sector.

Não pretendo apontar o dedo ou crucificar alguém mas, convenhamos, que no caso do nosso Colega Godinho, não sendo santo, estou firmemente convencido que terá sido usado e bem usado, ao que se vai sabendo, por alguém que muito conhecerá do sistema e das suas vulnerabilidades.

Como escreveu recentemente um conhecido Jornalista da nossa praça: “Nas Finanças Públicas, Manuel Godinho não é mais que um Carlos Silvino da sucata. Se se deixar instalar a ideia de que ele é o centro de toda a culpa e que morto este bicho está morta esta peçonha, as faces continuarão ocultas. E a verdade também”.

Todos estes episódios que, naturalmente, não podemos deixar de criticar e lamentar, até pelos nefastos efeitos apreciativos e de avaliação que

acarretam para o sector, surgindo em contra ciclo ao elevado e louvável esforço que tem vindo a realizar-se, quer a nível da requalificação técnica das unidades de processamento, quer a nível de performance empresarial.

Tenho perfeita consciência de que o sector, até pela forma como alguns, por conveniência ou ignorância, a ele se têm referido, regrediu substancialmente no quadro da consideração que, de facto, terá de ser o seu e que, paulatinamente, vinha conquistando.

Não valerá a pena chorar sobre o leite derramado, antes temos de continuar conscientes de que se nos mantivermos unidos e interventores de sentido correcto, mais facilmente conseguiremos fazer esquecer estes momentos conturbados, cuja superação, isso sim, requer que nos preocupemos com a necessidade de dotar as nossas empresas com ferramentas e mecanismos que facilitem o cumprimento da cada vez mais exigente e cara legislação ambiental.

Teremos de fazer valer as nossas convicções intervindo firmemente, junto de quem de direito, para alertar que a saída da grave crise em que o mundo se encontra, terá de ter como enfoque a concepção e implementação de políticas incentivadoras e não, como de algum modo se vem registando, preferencialmente voltadas para o sancionamento.

Há muitos a desfrutar; muitos a regular, mas muito poucos a fazer. E quando têm de arriscar o seu: então ainda muito menos.

Enfim, somos poucos. Mas, disso temos de muito nos orgulhar, somos bons. E, assim, teremos de continuar a ser.

Não os quero maçar mais, temos pela frente uma Agenda de trabalhos que irá culminar com a eleição dos Colegas que nos irão suceder como responsáveis pelos destinos da nossa Associação, cuja acção em 2009 aparece reflectida no Relatório que seguidamente será colocado à consideração dos Caros Colegas.

Fernando Branco
Presidente

SINTESE DE GESTÃO

Como certamente estarão recordados a Direcção, que terminou o seu mandato em 2007, apresentou em sede de Assembleia Geral, uma proposta visando o reforço da capacidade financeira da ANAREPRE.

Foi, digamos que, uma tentativa de dotar a Associação com uma capacidade de intervenção mais adequada à realidade de um sector que, também como reflexo da intervenção da sua estrutura representativa, vinha registando um crescimento digno dos maiores elogios, nomeadamente a nível da sua requalificação.

Pela acção desenvolvida ao longo dos anos pela Anarepre, para os menos documentados recordamos que, essa intervenção, vem desde o tempo em que a actividade, em termos de Actividade Económica - CAE (Classificação das Actividades Económicas), não existia; não dispunha de qualquer instrumento legal regulamentar; não era considerada como actividade económica de facto e como tal qualquer pessoa, singular ou colectiva, poderia intervir no processo de recolha, separação, tratamento e encaminhamento dos desperdícios gerados pela sociedade.

Os empresários mais antigos recordarão as dificuldades com que se confrontaram quando pretendiam uma valoração dos produtos semelhante aos preços praticados nos mercados internacionais, recordarão igualmente as desconsiderações de que foram alvo no relacionamento diário com os seus principais clientes.

As dificuldades encontradas quando perante algumas poucas tentativas realizadas para rentabilizar no estrangeiro os produtos trabalhados.

O surgimento das primeiras tentativas de criação de um quadro regulamentar para a actividade.

A consideração das diferenças entre as formas de trabalhar no sector e as dificuldades que tiveram para a consolidação de regras claras e exequíveis para o licenciamento da sua actividade.

A concorrência que grassou no sector movida por operadores menos sérios e que viam o IVA - Imposto de Valor Acrescentado, como a sua fonte de proveitos, instalando no sector uma concorrência absolutamente desleal.

O envolvimento do sector na concepção, criação e implementação das hoje denominadas “Entidades Gestoras”, algumas das quais foram o principal dinamizador.

Etc.etc.etc.

Pelo trabalho que toda esta mudança representou e pelo crescente interesse que o sector vinha a registar junto de empresários tradicionalmente dedicados a outras áreas de actividade e do reforço do envolvimento da Administração na área do resíduos, colocaram-se, então, dois objectivos prioritários.

O primeiro objectivo passava pelo reforço do bloco dos associados, pensando-se, na altura, que teria chegado o momento em que, parte dos empresários que no sector têm o seu modo de vida, se consciencializariam e, nessa conformidade, passariam a cooperar com os seus colegas que, até então, vinham assegurando a existência da Associação.

O segundo objectivo prendia-se com a necessidade de reforçar as valências técnicas da Associação, para que a sua intervenção, nomeadamente de defesa e reforço do envolvimento da comunidade que sempre esteve e sabe estar na actividade, fosse assegurada com os adequados cuidados e devidamente sustentada tecnicamente.

Mais, para que os referidos objectivos se tornassem francas realidades, foi assegurada uma colaboração com a adequada preparação técnica e foi criado um período, até final de 2007, de carência do pagamento da Jóia para a admissão de novos associados.

A realidade associativa nacional uma vez mais ditou as suas regras e, com grande pena nossa, tivemos de evidenciar no final dos exercícios, entretanto, vencidos, uma franca redução no número de associados, logo e também, na capacidade financeira da Associação.

Em finais de 2007 registávamos a adesão 59 associados, passamos para 51 em finais de 2008 e para 43 em finais de 2009.

Em termos de capacidade financeira passámos de uma orçamentação de 75.000€ para 2008, de 70.500€ para 2009 e, como se poderá verificar no documento respectivo, de 60.000€ para 2010.

Mas o associativismo é isto mesmo, pelo menos no nosso país.

Todos estarão atentos à panóplia de oportunidades e vantagens que a acção da Anarepre lhes tem vindo a propiciar, contudo, quanto ao assumir dos custos, apenas alguns avançam, os “outros”, os “vivaços”, esses, vão colhendo e, quiçá, maldizendo.

Este é, infelizmente, o balanço do “movimento de sócios” que temos para apresentar aos associados, importando, contudo, salientar que, entre eles, se encontra a nata do sector que, por sua vez, representará cerca de 90% da actividade nacional, em termos de movimentação económica.

Pese tal esta realidade não conseguiu constituir factor de desmobilização e, embora tenhamos tido o cuidado de adequar a capacidade de

intervenção da Anarepre à sua realidade financeira, no decurso do exercício em apreço, continuámos a acompanhar a vida da nossa Associação, particularmente os processos ainda em carteira e cuja resolução se encontra por consolidar.

Reportamo-nos, concretamente, à vertente de Peças e Componentes Usados, relativamente à qual e embora não tenhamos registado qualquer mensagem específica a propósito, fomos ganhando a convicção de que o seu futuro passará pela adopção das práticas e exigências técnicas requeridas para os desmanteladores.

E, com esta lógica temos vindo a sugerir ou acompanhar sempre que solicitados os processos despoletados pelos associados, como foi o caso dos Operadores da Quinta do Carmo que, como corolário de vasto, demorado e participado processo, é possível evidenciar, agora, uma unidade de desmantelamento, sita nas antigas instalações dos Móveis Olaio, em Sacavém e, que, ao que sabemos, tem registado assinalável movimento.

Um outro projecto que, igualmente, tem merecido ao longo dos últimos tempos o cuidado atentamento da Anarepre, é o que objectiva maximizar o envolvimento dos empresários do sector na gestão dos acumuladores industriais e de automóveis e que tem sido denominado por Projecto GVB-Gestão e Valorização de Baterias.

Conforme a oportuna informação prestada aos associados, foi celebrada, no dia 25 de Setembro de 2009, a escritura de criação da GVB - Gestão e Valorização de Baterias, Lda.

Esta Empresa, que se pretende constituir como Entidade Gestora de Pilhas e Acumuladores Industriais (apresentou a sua candidatura à APA-Agência Portuguesa do Ambiente, na parte da tarde do dia da escritura), teve, como seus subscritores, a Exide, com 60% do capital social; a Anarepre e a Anecra, com 10% respectivamente do capital social.

Continuámos a acompanhar outros processos como, por exemplo, o que respeita à desmaterialização das Guias que devem acompanhar a movimentação dos resíduos, mormente as Guias Modelo A.

Este processo foi trabalhado por um conjunto de interessados, nomeadamente a Anarepre, encontrando-se, nesta data, a aguardar a aprovação do projecto legislativo que regulará o sistema, após o que será accionada uma ampla campanha de informação e sensibilização com vista à respectiva operacionalização das denominadas E-GAR-Guias Electrónicas de Acompanhamento de Resíduos.

Junto da APA acompanhámos, igualmente, o processo de clarificação das formas de preenchimento do Mapa Integrado de Registo de Resíduos - SIRAPA (antigo SIRER), o que permitiu aos associados uma maior facilitação nos processos de registo dos movimentos que realizam.

A “Formação Profissional” foi, também ela, uma das questões que procurámos abordar com a abrangência recomendada pelas obrigações legais a que as Empresas se encontram sujeitas.

Recordamos a propósito, como, aliás, temos vindo a fazer constar nos Relatórios dos dois últimos exercícios, pese os esforços realizados não foi, de todo, possível prestar este serviço à comunidade empresarial que representamos, por manifesta ausência de resposta das Empresas.

Nesta conformidade e como estarão lembrados a Associação, procurando encontrar uma qualquer possibilidade de apoiar as Empresas na prestação da formação a que, por imperativos legais, se encontram obrigadas a ministrar aos seus colaboradores, juntou-se à ASSOFT – Associação Portuguesa de Software e, em conjunto, apresentaram à AIP/CCI-Associação Industrial Portuguesa/Câmara de Comércio e Indústria, entidade que no novo quadro da formação apoiada pela Administração, funciona como Organismo Intermédio, uma candidatura destinada à prestação de acções de formação às micro e pequenas empresas.

Os critérios de selecção acabaram por atribuir à candidatura a realização de um número restrito de acções de formação exclusivamente na zona centro, onde curiosamente, não temos grande número de associados e, mesmo dentre estes, contactados a propósito, não se registaram grandes manifestações de interesse.

Nesta conformidade e por deliberação conjunta (Anarepre e Assoft) alargamos o apoio a Empresas da Região Centro, independentemente da actividade que exercem, sendo de registar que, no âmbito deste figurino, a Anarepre viu reduzido o seu campo de manobra, nomeadamente a nível dos fluxos financeiros que haviam sido ponderados no início do processo.

O acompanhamento da acção desenvolvida pelas Instituições de que a Anarepre é parte, como por exemplo, a Valorcar, a Recipac e o BIR, foi, igualmente, preocupação constante da Associação, cuja intervenção se pautou pelo continuado cuidado de defesa dos interesses dos nossos representados.

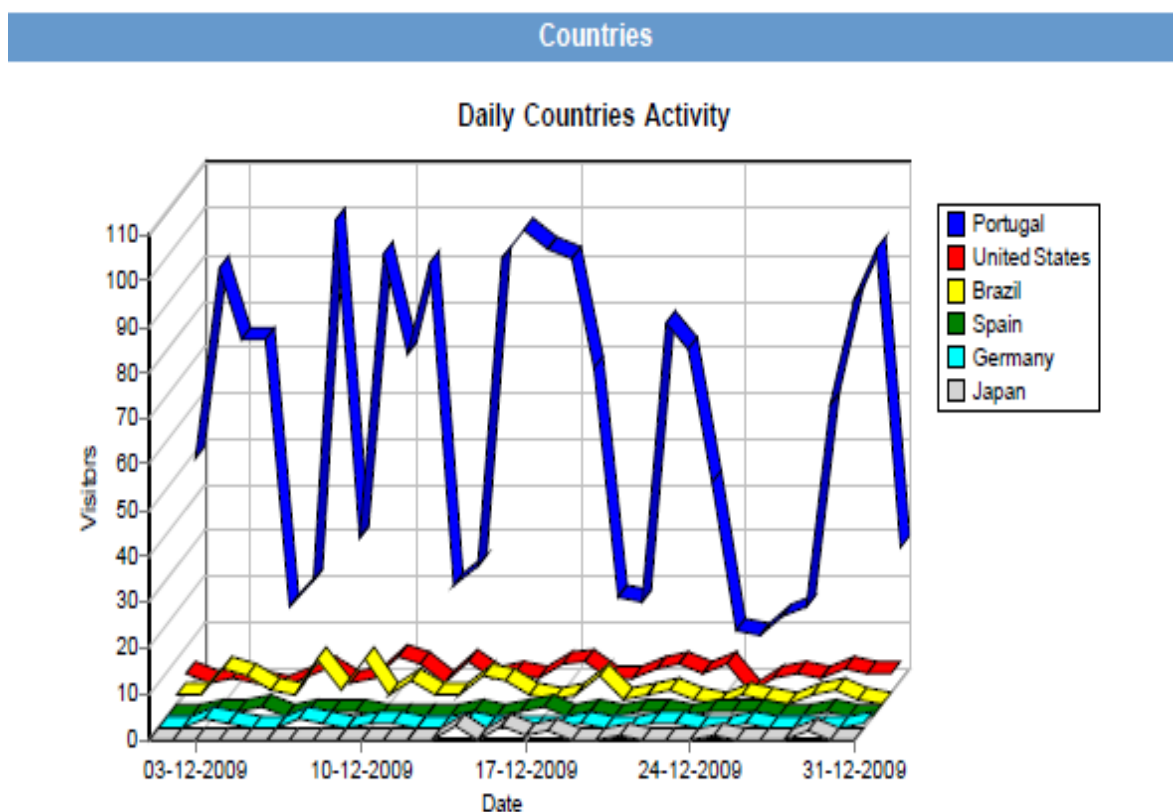
Ainda dentro desta preocupação participámos activamente em encontros de trabalho, onde colocámos questões e sugerimos procedimentos, que tiveram lugar na APA – Agência Portuguesa do Ambiente; no IMTT – Instituto da Mobilidade e Transportes Terrestres; CRA – Conservatória do Registo Automóvel, etc. etc.

A deslocalização de Empresas e/ou o fomento da sua ligação ao sector bancário mereceram, também, o cuidado acompanhamento da Associação.

Mantivemos premente o serviço de informação aos associados, quer levando ao seu conhecimento tudo o que foi publicado, em termos de legislação nacional, quer, quando perante situações do interesse específico do sector, complementado com os comentários que os temas nos suscitam.

O Site da ANAREPRE tem sido, como aliás sempre esperámos, uma importante fonte de informação, quer sobre o que vamos produzindo, quer sobre tudo aquilo que chegou ao nosso conhecimento seja considerado importante para o sector.

O quadro que se segue confirma o que acaba de afirmar-se e muito principalmente o interesse que suscita a nível da comunidade nacional e internacional interessada na problemática dos resíduos,



General Statistics

Summary

Summary

Hits	
Total Hits	15,032
Visitor Hits	13,693
Spider Hits	1,339
Average Hits per Day	484
Average Hits per Visitor	6.56
Cached Requests	1,832
Failed Requests	2,623
Page Views	
Total Page Views	3,032
Average Page Views per Day	97
Average Page Views per Visitor	1.45
Visitors	
Total Visitors	2,088
Average Visitors per Day	67
Total Unique IPs	2,010
Bandwidth	
Total Bandwidth	0 B
Visitor Bandwidth	0 B
Spider Bandwidth	0 B
Average Bandwidth per Day	0 B
Average Bandwidth per Hit	0 B
Average Bandwidth per Visitor	0 B

Em termos de comportamento financeiro tivemos um resultado negativo de exercício de € 17.457,43 €, que se fica a dever ao facto de termos anulado um volume significativo de quotas entretanto consideradas incobráveis e de, em termos de proveitos ter recebido, a título de quotizações ordinárias e extraordinárias, a importância de € 46.075,41, contra os cerca de € 65.100, cobrados em 2008, tendo, como despesa global, o montante de € 64.027,09 (€ 69.583,06 em 2008).

Passamos a evidenciar os Quadros da especialidade, relativamente aos movimentos financeiros realizados durante 2009, sendo de realçar o facto de, a nível de despesas comparadas com o exercício de 2008, termos gasto menos cerca de € 5.500.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIO DE 2009		EXERCÍCIO DE 2008	
61 - Custo mercad., Consumidas e Vendidas	0,00	0,00	0,00	0,00
62 - Fornecimentos e Serviços Externos	36.848,41		48.983,31	
64 - Custos c/Pessoal	19.060,17	55.908,58	14.824,15	63.807,46
66 - Amortizações	903,75		1.087,00	
67 - Provisões	0,00	903,75	0,00	1.087,00
63 - Impostos	30,00		0,00	
65 - Outros Custos Operacionais	4.930,00	4.960,00	4.380,00	4.380,00
A) CUSTOS OPERACIONAIS		61.772,33		69.274,46
68 - Custos Financeiros	200,89	200,89	112,44	112,44
C) CUSTOS OPERAC. + FINANCEIROS		61.973,22		69.386,90
69 - Custos e Perdas Extraordinários	2.053,87	2.053,87	196,16	196,16
E) CUSTOS TOTAIS		64.027,09		69.583,06
86 - Imposto s/Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00
G) CUSTO TOTAL + IRC		64.027,09		69.583,06
88 - RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	-17.457,43	-17.457,43	-4.439,26	-4.439,26
TOTAL		46.569,66		65.143,80

PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIO DE 2009		EXERCÍCIO DE 2008	
72 - Prestações de Serviços	46.075,41	46.075,41	65.143,80	65.143,80
74 - Subsídios à Exploração	0,00		0,00	
76 - Outros Proveitos Operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00
B) PROVEITOS OPERACIONAIS		46.075,41		65.143,80
75 - Proveitos Financeiros	494,25	494,25	0,00	0,00
D) PROVEITOS OPERAC. + FINANCEIROS		46.569,66		65.143,80
79 - Proveitos e Ganhos Extraordinários	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		46.569,66		65.143,80

RESULTADOS OPERACIONAIS (B-A)	-15.696,92		-4.130,66
RESULTADOS FINANCEIROS (D-B)-(C-A)	293,36		-112,44
RESULTADOS CORRENTES (D-C)	-15.403,56		-4.243,10
RESULTADOS ANTES DOS IMPOSTOS (F-E)	-17.457,43		-4.439,26
RESULTADOS LÍQUIDOS DOS EXERCÍCIOS (F-G)	-17.457,43		-4.439,26

Lisboa, 31 de Dezembro de 2009

A Direcção

BALANÇO GERAL SINTÉTICO

31 DE DEZEMBRO DE 2008

	2009			2008	
	Activo Bruto	Amort./Prov.	Activo Líq.	Activo Líq.	
ACTIVO					
- IMOBILIZADO					
. Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	
. Imobilizações Corpóreas	9.019,96	8.795,05	224,91	829,66	
. Imobilizações Financeiras	17.070,78	0,00	17.070,78	19.120,78	
	26.090,74	8.795,05	17.295,69	19.950,44	
- CIRCULANTE					
Curto Prazo					
. Estado e O. E. P.	0,00	0,00	0,00	0,00	
. Sócios	6.518,80	0,00	6.518,80	21.084,14	
. Clientes	10.000,00	0,00	10.000,00	2.256,00	
Disponibilidades	16.518,80	0,00	16.518,80	23.334,14	
. Caixa	76,24	0,00	76,24	67,24	
. Depósitos Bancários	12.910,13	0,00	14.368,17	29.766,98	
. Acréscimos e diferimentos	12.986,37	0,00	14.444,41	29.833,22	
- Acréscimos e diferimentos	0,00	0,00	0,00	1.752,00	
TOTAL DO ACTIVO	55.595,91	8.795,05	48.258,90	74.871,80	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
- CAPITAL PRÓPRIO					
. Capital					
. Resultados Transladados	0,00			0,00	
. Resultado Líquido do Exercício	70.266,81			74.706,07	
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	-17.457,43			-4.439,26	
- PASSIVO					
EXIGÍVEL A CURTO PRAZO					
. Estado e Outros Entes Públicos					
. Sócios					
. Fornecedoros					
. Acréscimos e Diferimentos					
. Outras Provisões para Riscos e Encargos					
TOTAL DO PASSIVO	52.809,38			70.266,81	
TOTAL PASSIVO+CAPITAL PRÓPRIO			48.258,90	74.871,80	

Lisboa, 31 de Dezembro de 2009

A Direcção

PLANO DE ACTIVIDADES PARA 2010

O registo das actividades desenvolvidas pela ANAREPRE elucida sobre as acções acompanhadas durante o exercício de 2009, sendo legítimo salientar que o respectivo grau de consolidação terá concorrido significativamente para a consolidação da estratégia prosseguida pela Anarepre.

De facto e pese, embora, os recuos verificados a nível de prestígio dos agentes que trabalham no sector, fruto inquestionável da forma como tem passado para a opinião pública os casos em que se encontram envolvidos alguns nossos colegas, não poderemos, contudo, deixar de considerar que o sector não perdeu o peso institucional que tanto lhe tem custado a ganhar.

Continua a ser chamado a participar; está claramente classificado enquanto Actividade Económica; dispõe de um quadro jurídico claro, em que o licenciamento das unidades de processamento deixou de constituir problema; continua a usufruir de uma consideração especial no que concerne ao regime de aplicação do IVA no sector.

Temos ainda por conseguir respostas a objectivos e direitos que legitimamente assistem à comunidade empresarial que representamos o que nos reforça o ânimo para continuar a lutar empenhadamente, a exemplo, aliás, do que se verificava nos períodos que precederam os êxitos registados pela acção da Associação.

Por isso e uma vez que na sua apresentação existiu o cuidado de focar os temas pela sua generalidade iremos manter a globalidade das preocupações apresentadas como plano de acção em 2009, aumentando apenas o nível da pressão que nos propomos exercer junto das Instituições responsáveis, com vista a:

- **Manter cuidada atenção e intervir sempre que se registem atitudes, ou situações, contrárias aos compromissos que o país assumiu junto das Comunidades, particularmente quando tais compromissos representam a obrigação da salvaguarda e ou implementação do envolvimento da iniciativa privada nas actividades de recolha, preparação e encaminhamento de resíduos banais de produção industrial.**
- **Manter uma postura pró-activa junto das diferentes Instituições responsáveis mas, muito principalmente, junto da Administração Pública, por forma a que o exercício da actividade e o cumprimento das obrigações a que o sector, nos seus diferentes modos de estar, se encontra sujeito, sejam interpretadas e cumpridas, de igual forma no todo do território nacional.**
- **Manter a proliferação e defesa do princípio do exercício da actividade alargada ao todo do território nacional, a coberto da figura de “Centro de Recolha e Encaminhamento de produtos em Fim de Vida Útil”, a trabalhar na lógica do multi-produto.**

- **Manter premente a tese e disponibilização do sector para o estabelecimento de iniciativas de cooperação com as Administrações Autárquicas, por forma a aproveitar e rentabilizar os meios disponíveis no sector (saber fazer e, quiçá, equipamentos de especialidade), e maximizar qualitativa e quantitativamente as potencialidades (pessoas e equipamentos) disponíveis nos Municípios e ou nas iniciativas Multimunicipais**
- **A consolidação da participação dos associados reforçando o seu envolvimento no processo de maximização dos aproveitamentos dos produtos em presença e, assim, concorrendo para facilitar o cumprimento dos objectivos prosseguidos pelas Entidades legitimadas a assumir a gestão dos resíduos de que são responsáveis (VALORCAR; SPV; VALORPNEU; AMB3E; SOGILUB; GVB etc.), será uma das constantes acções que desenvolveremos.**
- **A necessidade de consolidar, em definitivo, o processo de monitorização dos movimentos dos diferentes produtos trabalhados, condição fundamental à evidenciação, a que estamos obrigados, interna e externamente. A disponibilização destes dados, além de constituir um precioso auxiliar de gestão às Empresas do sector, transmite uma imagem de eficiência e modernidade instaladas na actividade.**

Quanto maior e melhor for a ANAREPRE mais capacidades teremos para fazer vingar os objectivos na defesa intransigente dos legítimos interesses de quem trabalha no sector.

Lisboa, Março de 2010.

A DIRECÇÃO

PREVISÃO ORÇAMENTAL PARA 2010

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS

-Ferramentas e Utensílios	142
-Livros e Doc. Técnica	300
-Material de Escritório	746
-Artigos de Oferta	500
-Rendas e Alugueres	3.000
-Despesas Representação	9.135
-Comunicação	3.600
-Deslocações e Estadas	12.500
-Honorários	1.200
-Contencioso e notariado	50
-Conservação e Reparação	200
-Contencioso e Notariado	-0-
-Trabalhos Especializados	2.800
-Outros Fornecim. e Serviços	1.000

CUSTOS COM PESSOAL

-Vencimento pessoal (c/Subs. Férias e Natal)	11.782
-Subsídio Refeição	3.659
-Encargos s/Remunerações	2.427
-Subsídio Transporte	425
-Outras Despesas	1.300

OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS:

-Quotizações	4.440
--------------	-------

AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO:

-Amortizações de equip. administrativo	1.000
-Serviços Bancários	200
Total	<u>60.400</u>

PROVEITOS E GANHOS:

-Quotização ordinária	50.000
-Quotização extraordinária (GVB)	<u>10.000</u>
Total	<u>60.400</u>
-Previsão de resultado	(-) <u>400</u>

Lisboa, Março de 2010

A DIRECÇÃO



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados,

De acordo com o estabelecido nos Estatutos da ANAREPRE e no estreito cumprimento do mandato de que estamos imbuídos venho, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal da nossa Associação, submeter à consideração dos Senhores Associados, o parecer do Conselho Fiscal, sobre os documentos de prestação das contas relativas ao exercício de 2009.

Acompanhamos a actividade desenvolvida pela Associação através das informações que nos têm sido prestadas pela Direcção e pelos registos contabilísticos, tendo verificado que tudo se encontra na devida ordem e no respeito pelas disposições legais e estatutárias.

Nesta conformidade proponho, em nome do Conselho Fiscal, que:

1.º Seja aprovado o “Relatório e Contas do Exercício de 2009”

2.º Seja aprovado um voto de louvor à Direcção pela forma empenhada e competente como conduziu a gestão e o desenvolvimento das actividades, em sumo os destinos da nossa Associação.

Lisboa, Março de 2010.

O Presidente do Conselho Fiscal

João Manuel Carvalho Dias, Lda.
(Repr. por João Paulo Henriques Dias)